

A opinião dos partidos

O PDS aprovou a criação de 11 comissões, em lugar da grande comissão, para evitar o assédio dos lobbistas. O PFL decidiu insistir no funcionamento do Congresso e da Constituinte em períodos diferentes, no que tem o apoio dos senadores do PMDB e pelo PTB. E o PC do B levou toda a reunião de ontem para alertar contra a intransigência dos partidos majoritários.

PDS

O deputado Konder Reis (PDS-SC) apresentou ontem a seu partido anteprojeto de disposição constitucional única em que propõe a criação de 11 comissões, integradas por 43 participantes, e uma com 53, a de redação para elaborar o anteprojeto de Constituição. No entanto, ontem, em reunião com a liderança do partido, Konder alterou o número de comissões de 11 para 10.

Konder, que foi relator da Carta Magna de 1967, era favorável à instituição de uma grande comissão. Desistiu, porém, dela, em virtude das reações suscitadas pela idéia entre deputados e senadores.

As doze comissões elaborarão o anteprojeto sobre as seguintes matérias: Declaração de Direitos, da Nacionalidade, Direitos Políticos e Partidos Políticos, Direitos e Garantias Individuais e Salvaguardas, Organização Nacional, Disposições Preliminares da União, Organização Nacional dos Estados e Municípios, Sistema Tributário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder Judiciário, Ordem Econômica e Social, Família, Educação, Cultura e Meio Ambiente, Disposições Gerais e Transitórias.

Segundo o parlamentar catarinense "a legislação ordinária será discutida e votada pelo Senado e pela Câmara em sessões conjuntas que terão lugar no plenário da Câmara dos deputados, depois de passar por três comissões: de Assuntos Jurídicos, Jurídicos-Políticos, Assuntos Sociais e Assuntos Econômico-Financeiros, compostos por 11 senadores e 11 deputados. Obedecido, tanto quanto possível, o princípio de proporcionalidade.

Se for promulgada a disposição constitucional de Konder, o presidente da Assembleia Nacional Constituinte nomeará, a seguir, comissão especial, composta por 20 membros, para elaborar projeto de regimento interno, no prazo de dez dias. A matéria será discutida e votada no prazo de 15 dias, respeitadas as normas da referida disposição constitucional. A Constituição será promulgada dia 15 de novembro de 1987, e será mantida até lá a Constituição de 17 de outubro de 1969 e confirmada a duração dos mandatos eletivos em curso a níveis Federal, Estadual e Municipal, estabelecida na Constituição em vigor o que, em última análise, poderia confirmar o mandato de seis anos para o presidente José Sarney.

PC do B

"Os partidos majoritários tenderão a reduzir tanto quanto possam os debates na



Lyra e Ulysses: cumprimentos distantes.

Assembleia Nacional Constituinte e farão silêncio sobre as divergências e opiniões dos demais partidos. Eles desejam também que a Constituinte transcorra sem despertar a atenção do povo, num clima de consensos forçados e sem maiores disputas." Esta é a análise feita pela bancada do Partido Comunista do Brasil (PC do B) depois de três dias de reuniões em Brasília. Dentro e fora da Constituinte, os comunistas vão trabalhar com questões como a extinção do sistema presidencialista e a defesa da liberdade e dos direitos dos cidadãos.

No documento tirado do encontro, o PC do B afirma que a social-democracia ajuda a sustentar, em épocas de crise como acontece no País, "o sistema capitalista decadente". E por isso indica outros caminhos, como "a união das forças democráticas e progressistas dos trabalhadores, visando substituir o regime da grande burguesia por um regime democrático popular, em marcha para o socialismo". O partido considera importante a criação de uma "frente democrática e progressista", para que se possa criar condições de representar-se como alternativa do poder.

O combate à inflação à custa dos ricos e não do povo, a suspensão imediata do pagamento da dívida externa, a efetivação da reforma agrária e a defesa intransigente das liberdades democráticas são alguns dos pontos defendidos pelos comunistas, para uma "mudança" essencial do regime no Brasil, que será uma das lutas do partido nesta Constituinte.

O documento do PC do B afirma ainda que as correntes politicamente mais avançadas são pouco consideráveis na Assembleia, porque a sua composição "predominantemente conservadora é consequência dos êxitos relativos das forças reacionárias".

PTB

Em reunião que terminou no início da noite de ontem, a bancada do PTB na Câmara decidiu, por unanimidade, "repudiar todas as manobras do PMDB em relação à Constituinte, seja de criar uma comissão ge-

ral para elaborar a futura Constituição, seja para evitar a eleição das Mesas da Câmara e do Senado, seja para colocar em recesso o Congresso Nacional".

Quem deu essa informação, ao final da reunião, foi o deputado Gastone Righi (SP), que acabara de ser reeleito, também por unanimidade, líder da bancada. Ele se dizia preocupado com o que aconteceu na reunião da bancada do PMDB na Câmara. "Estão querendo transformar a Constituinte num poder revolucionário" — assinalou — "para fazer uma revolução no País, quando ela foi convocada para pôr término a um processo de transição. O PTB não aceita isso. É uma loucura".

Diante da decisão do PMDB, o PTB deixou de tomar posição em relação às candidaturas de Ulysses Guimarães e Fernando Lyra para a presidência da Câmara. Mas resolveu indicar o deputado Mendes Botelho (SP) para a suplência da Mesa que, por acordo, caberia ao PTB.

PMDB

Enquanto na Câmara os deputados do PMDB, sob o escaldante calor do auditório Nereu Ramos, insistiam na tese de suspensão dos trabalhos ordinários do Legislativo, do outro lado do prédio, os senadores peemedebistas, confortavelmente instalados na sala Filinto Müller, com ar refrigerado de fazer inveja, pareciam tranquilos e indiferentes mas, sobretudo, confiantes no funcionamento pelo menos do Senado sempre que for preciso.

O Senado leva vantagem sobre a Câmara porque a eleição de sua nova mesa-diretora será amanhã, antes da instalação da Assembleia Nacional Constituinte, criando um fato consumado para complicar ainda mais o clima vivido durante o dia de ontem.

O senador Ronan Tito, de Minas Gerais, esteve por alguns instantes na reunião dos deputados peemedebistas e, desde logo, foi advertindo seus colegas mineiros: "Espero que vocês decidam a sorte da Câmara. Quanto ao Senado, deixe o assunto com os senadores".

Mais tarde, no Senado, Tito encontrou-se com Mauro Benevides, do Ceará, com quem trocou idéias a respeito da pretensão dos deputados. Ele acha que, já no dia 2, quando a Assembleia Nacional Constituinte estiver elegendo seu presidente, serão inevitáveis as questões de ordem sobre a questão do funcionamento do Congresso Ordinário. Benevides, que já foi senador anteriormente e, portanto, experiente parlamentar, não se conteve e comentou: "É preciso não se esquecer que quem vai decidir as questões de ordem será um magistrado, Moreira Alves, presidente do Supremo, que àquela altura ainda estará dirigindo a Constituinte, E com magistrado não se brinca..."

Eleição

Na verdade, os senadores já têm uma fórmula para compatibilizar o funcionamento do Legislativo comum, com a realização de sessões do Senado apenas quando existir assunto importante, portanto, sempre em caráter extraordinário. Nada disso vai impedir que o Senado, como manda a Constituição e conforme está previsto no regimento interno da Casa, se instale amanhã, às 10 horas para, logo em seguida, eleger sua mesa-diretora. E, em março, no dia 1º, em pleno Carnaval, serão iniciadas as atividades normais, quando o Senado espera alterar alguns pontos do seu regimento interno, para reduzir o ritmo de trabalho, com a realização apenas de sessões extraordinárias, convocadas pelo seu presidente por sugestão dos líderes partidários.

PFL

O PFL vai apresentar projeto de resolução para disciplinar os trabalhos ordinários da Câmara e do Senado, estabelecendo que as suas sessões serão realizadas pela manhã, com a votação de matérias enviadas pelo Executivo ou de iniciativa dos Tribunais Superiores. A parte da tarde seria destinada exclusivamente aos trabalhos da Constituinte.

A proposta foi elaborada pelo deputado Eraldo Tinoco (BA) e conta com o apoio da direção nacional do partido, que não concorda com a idéia PMDB de suspender os trabalhos do Congresso durante a Assembleia. "Esta é uma proposta concreta que vamos submeter à consideração dos constituintes logo após a instalação da Assembleia" — explicou o presidente nacional do PFL, deputado Maurício Campos.

Pela proposta, os projetos de lei de iniciativa parlamentar ficarão arquivados até a promulgação da nova Constituinte. Neste período, as comissões técnicas da Câmara e do Senado funcionariam normalmente. O projeto Eraldo Tinoco extingue, ainda, o voto de liderança, sob o argumento de que os parlamentares devem readquirir a prerrogativa de votar nominalmente todas as propostas da Constituinte.

Segundo o líder José Lourenço, o PFL não vai concordar com nenhuma proposta que vise a suspender os trabalhos ordinários do Congresso. "Se trabalharmos com afinco e disciplina haverá tempo para tudo", disse.